



MINUTA

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCITIBA

- **Data:** 24/10/2019
- **Horário:** das 14:30h às 17:30h
- **Local:** IPPUC - Auditório
- **Relação dos Participantes:** Conforme Lista de Presença anexa
- **Pauta:**
 - 01 - Verificação do quórum;
 - 02 – Abertura - Palavra do Presidente;
 - 03 - Aprovação da Pauta;
 - 04 - Informes da Secretaria Executiva;
 - 05 – Informes dos Planos Setoriais
 - 06 - Apresentação: Lei dos Prêmios e Incentivos Construtivos, do pacote de leis que compõe a regulamentação da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo
 - 07 – Apresentação: Processo de Consulta Pública do Inter II
 - 08 - Informes dos Conselheiros;
 - 09 – Encerramento.

01 - Verificação do quórum

- . Secretaria Executiva do CONCITIBA
- . Verificada a existência do quórum regimental.

02 – Abertura - Palavra do Presidente

- . Presidente do CONCITIBA e IPPUC - **Luiz Fernando de Souza Jamur**, representado pelo Assessor da Presidência – **Ricardo Antônio de Almeida Bindo**: Após dar boas-vindas a todos esclareceu que dentro do processo de contratação do financiamento junto ao BID, é exigido o cumprimento de várias etapas, dentre elas questões ambientais, questões sociais e Consultas Públicas, sendo todas bastante rigorosas. Também estão sendo realizadas pesquisas de acessibilidade, inclusive com a contratação de uma empresa para avaliar a acessibilidade nos trajetos do Inter II. Assim, a fim de manter o



Conselho da Cidade a par de todo este trabalho para a cidade, incluímos esta pauta na Reunião Ordinária de hoje.

03 - Aprovação da Pauta

- **Coordenadora-Geral do CONCITIBA: Sheila Branco**

- **Ricardo Vilarinho da Costa (Universidade Livre para a Eficiência Humana – UNILEHU):** Solicitou a inclusão na pauta de um informe sobre o andamento da Câmara Temática de Mobilidade.

- **Sheila Branco (Coordenadora-Geral do CONCITIBA):** Propôs inserir este informe juntamente com o informe dos Planos Setoriais, o que foi aceito pelos conselheiros.

- Instalado o regime de votação a pauta com as alterações sugeridas foi **aprovada por unanimidade.**

04 - Informes da Secretaria Executiva- Destaques:

- . Coordenadora-Geral do CONCITIBA: Sheila Branco

- Posse de novos conselheiros:

- . Secretaria Municipal de Defesa Social e Trânsito - SMDT

- . Gustavo D'Almeida Garret - Titular

- . Mirian Voss – Suplente

- . Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná – SINDARQ/PR

- . Flavia Scussel - Suplente

05 - Informes dos Planos Setoriais:

Miguel Ostoja Roguski (Coordenador dos Planos Setoriais e Secretário Executivo do CONCITIBA): Informou que haverá uma intensificação nos trabalhos das Câmaras Temáticas do CONCITIBA, no mês de novembro e primeira quinzena de dezembro. A primeira reunião será da CT de Desenvolvimento Econômico e Social, na qual será apresentada uma posição atualizada dos trabalhos de



Diagnóstico. Também teremos a continuidade de discussão na CT de Mobilidade. As datas de todas as reuniões serão pactuadas entre os conselheiros Coordenadores das CT's, a Coordenação dos Planos Setoriais e a equipe do IPPUC. Ressaltou a importância da participação dos conselheiros nas Câmaras, e seria interessante que todos os conselheiros participassem, para que possamos passar para a próxima etapa dos Planos no início do ano que vem.

- **Ricardo Vilarinho da Costa (Universidade Livre para a Eficiência Humana – UNILEHU):** Relatou que na última reunião da CT foi abordado o tema da ciclomobilidade, contando com a presença de técnicos do IPPUC e representantes de movimentos de cicloativistas.
- **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente CONCITIBA):** Complementou informando que os cicloativistas apresentaram alguns questionamentos sobre o novo Plano Ciclovitário e que todos os pontos foram tecnicamente respondidos e justificados aos mesmos. E também que o IPPUC tem feito várias reuniões recebendo os cicloativistas e analisando tecnicamente as sugestões apresentadas. Esclareceu que as pesquisas utilizadas como base na elaboração do novo Plano Ciclovitário foram realizadas com base técnica e científica, metodologia, parâmetros e responsável técnico qualificado, e que não podem ser consideradas pesquisas realizadas de forma informal, simplesmente saindo e anotando bicicletas sem qualquer metodologia.
- **Rosane Knoll (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC):** Diretora de Planejamento do IPPUC e conselheira, complementou que o Plano Ciclovitário será agora incorporado dentro do Plano de Mobilidade e Transporte. Continuou mencionando que antes os Planos de Ciclomobilidade eram desenvolvidos pelo IPPUC, mas não havia nenhuma Secretaria Municipal responsável por eles, por sua implantação, então achou-se por bem que, junto com o Plano saísse também um decreto delegando competências às Secretarias, para que cada um soubesse o que lhe cabe dentro do modal ciclovitário. Ressaltou que Curitiba ganhou muito com este Plano, pois o Plano traçar as diretrizes gerais, o que se pretende realizar, onde se localizarão as estruturas ciclovitárias, etc. Agora, esta estrutura tem responsáveis com competências definidas. Ademais, nem sempre as pessoas possuem noção de toda a

complexidade que existe para a implantação de uma estrutura cicloviária, acham que é só chegar na rua e pintar uma faixa, e não é assim. Existe toda uma complexidade técnica para se realizar qualquer trabalho em uma cidade já pronta, conformada, que nem todas as ruas comportam a estrutura cicloviária, as caixas das ruas não suportam. Cita como exemplo a questão da implantação da estrutura cicloviária interligando as universidades, chegando até o Terminal, terá até que ser aberta a canaleta do transporte público, instalados dois semáforos, tem que ser feitas correções geométricas grandes. Então as pessoas acham que é só chegar na rua e pintar uma faixa, e na realidade não é assim que acontece. Em uma cidade pronta essa estrutura tem várias outras coisas que necessitam ser realizadas juntas com ela.

- **Ricardo Vilarinho da Costa (Universidade Livre para a Eficiência Humana – UNILEHU):** Finaliza dizendo que foi bastante esclarecedor as explicações da área técnica do IPPUC, porém se sente triste porque muitos conselheiros não se fazem presentes nestas explicações, pois entende que a função do coordenador é a de mediar o debate entre várias opiniões, e face a ausência dos membros, este debate salutar não se faz possível.

06 – Apresentação:

Lei dos Prêmios e Incentivos Construtivos, do pacote de leis que compõe a regulamentação da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo

- **Alberto M. R. Paranhos (Economista – IPPUC – Coordenador da Revisão da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo):** Algumas considerações iniciais: já passaram aqui pelo CONCITIBA A Lei De Zoneamento Básica, que já foi aprovada, a Lei de Outorga, que está em debate na Câmara, porém alguns dos Incentivos Construtivos dependem da Lei de Outorga que ainda está sob análise na Câmara, o que fez com que necessitássemos fazer uma adaptação na ideia original da lei. Esta lei de Incentivos tem 3 propósitos: 1º é de trazer dos decretos para o nível de lei aqueles elementos que devem ser mais perenes e deixando para os decretos apenas o que realmente é operacionalização; 2º também, nenhum instrumento tem o conceito do que é incentivo e do que é prêmio, então quisemos trazer isso; e 3º o Plano Diretor, que é uma lei complementar, propôs algumas vantagens para fachada ativa e fruição pública e diz que algum ato legal irá dizer onde isso pode acontecer e



quando isso pode acontecer. Assim, resolvemos colocar em outra lei a questão da Habitação de Interesse Social, que será elaborada num outro momento e também outra lei que terá um foco ambiental.

- Assim, iniciando a análise da minuta já encaminhada aos conselheiros, importante observar que o Plano Diretor menciona a palavra “incentivo” e, na maioria das vezes é incentivo fiscal, por isso resolvemos especificar que aqui trata-se de “incentivos construtivos”.

- Inicialmente definem-se os termos técnicos utilizados, como a definição de prêmio, incentivo construtivo, Plano Massa. Na sequência quais as possibilidades de concessão, passando a ler e esclarecer cada artigo da minuta anteriormente enviada aos conselheiros, com destaque para o que é novidade da lei, o que é diretriz já prevista no Plano Diretor e o que já existia na legislação existente. Frisa também que a ideia, já posta no Plano Diretor, que haja o uso misto da cidade, ou seja, uso habitacional e uso comercial concomitantemente. Ressaltando novamente que estamos colocando em lei o que as definições e questões mais permanentes, e deixando para decretos as questões de teor mais prática que podem mudar de acordo com o tempo.

- **Mauro Algacir Gonçalves da Costa (Associação de Moradores Saturno):** Gostaria de saber como essa lei impacta no cidadão comum.

- **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente CONCITIBA):** Esta lei tem impacto mais no empreendedor, em quem vai fazer o empreendimento, por ser mais técnica.

- **Sheila Branco (Coordenadora-Geral do CONCITIBA):** Complementando, de forma indireta esta legislação também traz benefícios e impactos para o cidadão comum, porque para o cidadão construir precisa de projetos técnicos, e que qualquer benefício terá impacto no cidadão também.

- **Ricardo Vilarinho da Costa (Universidade Livre para a Eficiência Humana – UNILEHU):** Não pode deixar de registrar a presença dos Vereadores Oscalino do Povo e Herivelto, que tem continuamente acompanhado o trabalho do Conselho. Que é uma honra poder contar com a presença deles no Conselho.

- **Alexandre Pedroso (Convidado - Arquiteto – Assessor do Ministério Público do Paraná – MP/PR):** Mencionou que ele teve ciência que em São Paulo teve uma decisão de que qualquer lei que trate de alteração de paisagem urbana, ela deve ser

precedida de audiência pública. Questionou também acerca da nomenclatura utilizada de “prêmio” e por fim, se existem diagnósticos para a elaboração das legislações.

• **Alberto M. R. Paranhos (Economista – IPPUC – Coordenador da Revisão da Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo):** Com relação à nomenclatura, não existe uma lei federal determinando a terminologia, por isso trata-se de uma nomenclatura local dentro da competência legal do Município. E existem ainda as terminologias utilizadas no Plano Diretor de Curitiba, as quais devem ser seguidas e obedecidas.

• **Rosane Knoll (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC):** Informa que quando iniciou-se o processo de revisão da legislação de zoneamento foi feita audiência pública com as 3 leis em uma só. Porém, na ocasião, o próprio Ministério Público sugeriu que a legislação fosse dividida em 3 partes, que seria melhor aprovar primeiramente uma lei básica, para daí aprovar as duas outras. Assim, já foram feitas as audiências públicas mencionadas, e todo o procedimento está sendo feito com base em orientação do Ministério Público. E ainda existe a instância do legislativo, pois quando esta legislação vai para a Câmara, a própria Câmara realiza mais uma audiência pública. Ressaltando novamente, que as audiências do zoneamento já foram realizadas pelo Executivo Municipal. Sobre a existência de diagnósticos, observou que na página do IPPUC existem vários diagnósticos e ferramentas de pesquisa sobre a cidade que são utilizadas para se obter as informações. Porém, salientou que, é importante que cada um, seja técnico do IPPUC, seja conselheiro, seja Ministério Público, também caminhe pela cidade e observe como a cidade se comporta com as diferentes paisagens, qual é a realidade, o que funciona ou não na prática. E que para esta legislação, somente obterá o mencionado “prêmio” se houver um benefício para o uso comum, pois é assim que é vista a cidade, o que pode melhorar para a população como um todo.

• **Sheila Branco (Coordenadora-Geral do CONCITIBA):** Esclarecendo sobre o julgado em São Paulo, citado pelo representante técnico do Ministério Público, trata-se de uma ação direta de inconstitucionalidade do município de Osasco. A ementa assim diz “leis impugnadas que apesar de versarem sobre planejamento e desenvolvimento urbano forem votadas e aprovadas sem que seus respectivos projetos tenham sido submetidos previamente a estudos técnicos e participação



popular”. Observa que a participação popular está sendo feita também por este Conselho da Cidade, através de seus representantes eleitos democraticamente em uma conferência da cidade. Na última conferência municipal tiveram quase 700 participações, e também que, cada conselheiro representa uma entidade composta por 100, 200 ou mais pessoas, e um segmento, que é composto ainda por centenas de entidades. Então, a representatividade deste Conselho é enorme, e democraticamente legítima.

- **Mauro Algacir Gonçalves da Costa (Associação de Moradores Saturno):** Frisa a importância da presença e participação dos conselheiros em todas as reuniões, pois é onde obtêm o conhecimento necessário para fazer um debate qualificado.

- **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente CONCITIBA):** Coloca em apreciação dos conselheiros esta minuta de lei de prêmios e incentivos quanto ao encaminhamento à Câmara Municipal, o que foi aprovado por unanimidade.

07 – Apresentação: Processo de Consulta Pública do Inter II

Marcio Teixeira (Arquiteto – UTAG – IPPUC)

- **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente CONCITIBA):** A UTAG é uma unidade técnica de gerenciamento administrativa, que trabalha junto aos contratos com o BID e vai ser apresentado o processo das audiências públicas do Projeto Inter II.

- **Marcio Teixeira (Arquiteto – UTAG – IPPUC):** As consultas públicas foram realizadas agora em outubro e ocorreram em 4 Regionais da Cidade. Foi intenso e interessante e vai perdurar pelos 5 anos do financiamento. É um processo que está atrelado ao início das execuções também, visando sempre a dar publicidade à população principalmente quanto ao impacto das obras. O programa apresentado para a comunidade é o Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Curitiba, uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e abrange uma série de intervenções na Linha do Inter Bairros II. É um programa de obras múltiplas, ou seja, dividido em lotes, composto de várias intervenções no trajeto feito pelo Inter II, com o intuito principal de aumentar a velocidade e a capacidade operacional da linha, incrementando substancialmente a qualidade do sistema. Esse processo de consulta faz parte do planejamento do projeto com o BID, e foi planejado para abranger o



maior número possível da população diretamente afetada pelas intervenções. A primeira consulta pública foi realizada na Regional Cajuru, depois Portão, Boqueirão e Santa Felicidade. O primeiro passo foi a divulgação pelo site da Prefeitura, com banner e chamamento da população, bem como a disponibilização do caderno explicativo do Projeto Inter II. Também foi divulgado pelo site do IPPUC e amplamente pela imprensa, além de material gráfico para a divulgação os bairros envolvidos, com afixação e distribuição nos ônibus e equipamentos da Prefeitura, mostrando todo o material para os conselheiros. Apresentou ainda fotos e principais pontos levantados em cada consulta pública, que foram feitas de forma específica contemplando as necessidades e obras de cada Regional. Registrou-se um total de aproximadamente 1.000 (um mil) participações. Todo este material encontra-se totalmente disponível no site da Prefeitura. Também foi disponibilizado à população um formulário para perguntas e sugestões, as quais estão sendo lidas, analisadas e, quando questionamentos, sendo respondidas pela equipe da UTAG. Ressaltou que é um quesito importante para o BID a avaliação das questões ambientais e sociais das áreas abrangidas, inclusive tendo sido elaborado um Plano de Gestão Ambiental e Social - PGAS. Esse plano tem por objetivo minimizar os efeitos negativos e potencializar os positivos das intervenções junto à população. Trata-se de um documento extenso, de 5 volumes, esclarecendo todas as fases das obras, desde aquelas que antecedem as obras até as posteriores. Mostro os principais pontos deste Plano, com destaque às questões de participação democrática e, na sequência, acessou diretamente o site do IPPUC, na aba BID, demonstrando como os conselheiros podem acessar a página e ver todas as informações mostradas na apresentação. Ressaltando que todas estas informações são públicas. Apresentou também a ferramenta desenvolvida juntamente com o IMAP, que se chama Conecta Curitiba. É necessário apenas um pequeno cadastro para fins de georeferenciamento, e a população pode obter todas as informações e também um espaço para apresentar suas dúvidas, opiniões e sugestões aos Projeto Inter II.

• **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente CONCITIBA):** Ressaltou que todas estas informações vão estar disponíveis durante toda a duração deste projeto, ou seja, pelos próximos 5 anos.

• **Vereador Herivelto Oliveira (Câmara Municipal de Curitiba):** Observou que seria importante esta apresentação ser feita também na Câmara Municipal de Vereadores,

para explicar como serão as etapas deste projeto, por uma questão de informação dos vereadores.

• **Andrea Luiza Currealinho Braga (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/PR):** Com relação a estas consultas públicas e os formulários, gostaria de saber como está sendo feita a sistematização destas respostas, com percentuais e identificação de pontos relevantes.

• **Marcio Teixeira (Arquiteto – UTAG – IPPUC):** Em sua grande maioria os questionamentos são genéricos, como por exemplo, se vai ter aumento no número de ônibus nos horários de pico, ou o que vai acontecer com um determinado terminal. Quando um apontamento é específico, ele consiste num pedido, como por exemplo, eu quero um ponto na praça “X”, sendo postos em planilhas e colocado para a equipe técnica para ver a viabilidade do pedido. Como ainda estamos muito no início do projeto, ainda não se chegou ao momento de decisão sobre alterações no projeto inicial, mesmo porque ele está ainda sendo desenvolvido, mas assim que esse momento chegue tudo será feito com transparência e divulgação para a população. Ressaltando que de forma geral as perguntas têm sido bem genéricas.

• **Vereador Oscalino do Povo (Câmara Municipal de Curitiba):** Perguntou se as questões levantadas estão sendo específicas ao Inter II ou se tem sido mais amplas, com relação ao sistema de ônibus de Curitiba.

• **Marcio Teixeira (Arquiteto – UTAG – IPPUC):** Existem muitas perguntas sim quanto ao sistema de transporte público de Curitiba como um todo, mas também tem-se muitas perguntas operacionais do Inter II, como frequência, lotação, número de carros, e também elogios ao sistema de transporte de Curitiba.

• **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente CONCITIBA):** Ressaltou que este projeto é um projeto de transporte, mas que também inclui muitas outras obras importantes, como a definição de binários, requalificações, terminais, entre outros. Também, face a longa duração do projeto, a princípio 5 anos, também estuda-se uma mudança de modais, ou seja, está sendo estudado acerca da viabilidade de se implantar ônibus elétricos em alguns trechos.

• **Lafaiete Santos Neves (Associação de Professores da UFPR):** Recolocou a questão de que Curitiba experimentou uma inovação no sistema de transporte, com o sistema de BRT's, expressos e ligeirões. Porém o sistema não permite um rebaixamento pois é um sistema elevado por via de tubos. Porém no curto prazo

existem muitos ônibus com o prazo de validade vencido e que necessitarão ser renovados. Sugere que, aproveitando a oportunidade de renovação, que seria oportuno melhorar a questão de acessibilidade e segurança nos ônibus, pois existem, inclusive, vários ônibus convencionais. Sugere exigir rampas e eliminar os degraus dos ônibus, e tirar os elevadores nas estações tubos e trocar por rampas.

• **Ismael Bagatin França (Urbanização de Curitiba S/A – URBS):** A questão do piso rebaixado já está prevista no Inter II, as estações serão reformuladas e moduladas para que, quando da aquisição de veículos com piso baixo, elas poderão abaixar também. Então isso já está previsto. As estações também serão sustentáveis, com placas fotovoltaicas, refrigeração, wi-fi.

• **Marcio Teixeira (Arquiteto – UTAG – IPPUC):** Sugeriu que, para esclarecer, seja feita no momento a apresentação do mesmo vídeo que foi apresentado nas consultas públicas.

• Foi passado o vídeo.

• **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente CONCITIBA):** Teríamos ainda a previsão de uma pauta para a reunião de hoje, porém tendo em vista o avançado da hora e o baixo quórum no momento, sugere que o tema das mudanças climáticas seja tratado em outra reunião do Conselho.

• Colocando em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. Dando por encerrada a reunião.

09 – Encerramento:

- **Conclusões Registradas:**

• **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente CONCITIBA):** Coloca em apreciação dos conselheiros a minuta de lei de prêmios e incentivos quanto ao encaminhamento à Câmara Municipal, o que foi aprovado por unanimidade.

• **Esta é a síntese da Reunião.**
